

# CONTEXTO JURÍDICO

## Relator acolhe pedido da PGR e arquiva inquérito contra deputado José Medeiros por racismo

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e determinou o arquivamento do Inquérito (INQ) 4884, que investigava a suposta prática do crime de racismo pelo deputado federal José Medeiros (PL-MT).

**Escravidão** - Na apresentação da denúncia, a PGR narrou que, em postagem no Twitter, o parlamentar chamou de “mulamba” uma mulher que defendeu a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a postura de políticos diante da pandemia da covid-19. Segundo a Procuradoria-Geral da República, ao utilizar o termo angolano, que remonta à época da escravidão, o deputado teria incorrido em atrelada, de modo direto e usual, a um sentido de cunho racial, de cor, étnico, religioso ou de procedência nacional ao alcançar o intelecto do investigado.

**Injúria simples** - A Procuradoria-Geral da República assinalou, também, que o parlamentar, em depoimento à Polícia Federal, esclareceu que a ofensa foi proferida no contexto de discussão política com outro parlamentar e que o termo não foi usado com teor racial.

## TSE conclui testes nas urnas e diz que resultados indicam ‘maturidade’ do sistema

A comissão criada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para avaliar a segurança dos testes nas urnas eletrônicas apresentou segunda-feira, 30, seu relatório final. O documento descarta qualquer possibilidade de manipulação dos votos. As conclusões foram entregues ao ministro Edson Fachin, presidente do TSE, em Brasília. De acordo com a comissão, a análise dos “processos, sistemas, subsistemas e componentes” das urnas transmite “segurança e confiabilidade” e demonstra “maturidade dos sistemas eleitorais”. O grupo de trabalho é composto por pesquisadores e represen-

tes do Ministério Público Federal (MPF), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Congresso Nacional, Polícia Federal (PF), Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e Sociedade Brasileira de Computação (SBC). Os testes públicos de segurança nas urnas são feitos desde 2009 e, na última edição, tiveram duração estendida. Segundo o TSE, foi o maior procedimento já realizado, com número recorde de inscritos e mais tempo para verificação dos códigos-fonte. Peritos, hackers e pesquisadores tentam atacar o software das urnas em busca de falhas.

# Normas coletivas expiradas só podem ser mantidas com nova negociação, decide STF

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que mantém a validade de direitos estabelecidos em cláusulas coletivas com prazo já expirado (princípio da ultratividade) até que seja firmado novo acordo ou nova convenção coletiva. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em 27/5, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 323, ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), concluído com o voto-vista do ministro Dias Toffoli.

**Ultratividade** - De acordo com o princípio da ultratividade, terminado o prazo de validade das cláusulas pactuadas, sem que sejam reafirmadas em novo acordo coletivo, elas são incorporadas aos contratos individuais de trabalho vigentes ou novos, até que outra norma venha a decidir sobre o direito trabalhista. A maioria dos ministros acompanhou o voto do relator, ministro Gilmar Mendes, que votou pela procedência do pedido. Em 2016, ele havia concedido liminar determinando a suspensão de todos os processos e dos efeitos de decisões no âmbito da Justiça do Trabalho que discutissem a matéria.

O Plenário também considerou inconstitucionais interpretações e decisões judiciais que entendem que o artigo 114, parágrafo 2º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional (EC) 45/2004, autoriza a aplicação



*A maioria dos ministros acompanhou o voto do relator, ministro Gilmar Mendes.*

do princípio da ultratividade de normas de acordos e convenções coletivas.

**Processo legislativo** Em seu voto, o relator considerou que a nova redação da Súmula 277 do TST, adotada em 2012, é incompatível com os princípios da legalidade, da separação dos Poderes e da segurança jurídica. Ele lembrou que questões sobre o tema já foram apreciadas pelo Legislativo em pelo menos três ocasiões: na elaboração e na revogação da Lei 8.542/1992 e na Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017). “Não cabe ao


Tribunal Superior do Trabalho agir excepcionalmente e, para chegar a determinado objetivo, interpretar norma constitucional de forma arbitrária”, ressaltou.

Mendes lembrou que a Lei 8.542/1992 estabelecia que as cláusulas integravam os contratos individuais de trabalho e somente poderiam ser reduzidas ou suprimidas por norma coletiva posterior. Na rediscussão da matéria, por meio da Lei 10.192/2001, o Congresso Nacional retirou o princípio da ultratividade do ordenamento jurídico nacional. Para o relator,

o TST “ressuscitou” princípio que somente deveria voltar a existir por legislação específica”, afastando o debate público, os trâmites e as garantias típicas do processo legislativo.

**Segurança jurídica** - A segurança jurídica, no direito, é o princípio da segurança jurídica, que garante a estabilidade das leis e dos atos administrativos. Segundo o artigo 113, inciso II, da Constituição Federal, a segurança jurídica é um dos princípios da administração pública. A segurança jurídica é um princípio que garante a estabilidade das leis e dos atos administrativos. Segundo o artigo 113, inciso II, da Constituição Federal, a segurança jurídica é um dos princípios da administração pública. A segurança jurídica é um princípio que garante a estabilidade das leis e dos atos administrativos. Segundo o artigo 113, inciso II, da Constituição Federal, a segurança jurídica é um dos princípios da administração pública.

# PUBLICIDADE LEGAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA**

**AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 008/2022 - OBJETO: CONCESSÃO DE USO A TÍTULO ONEROSO DE ÁREA LOCALIZADA NO SAGUÃO DE ACESSO AO TEATRO CARLOS GOMES, DESTINADA À EXPLORAÇÃO ESPECÍFICA DE UM BAR-CAFÉ, NOS TERMOS DO EDITAL, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO. DATA: 04/JULHO/2022 ÀS 09:30 horas (data prorrogada). O edital está disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxxorado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site <http://braganca.sp.gov.br> (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 31 de maio de 2022 - MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe de Divisão de Licitações, Compras e Almoxxorado.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA**

**PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO**

**\*\*\* AVISO DE LICITAÇÃO \*\*\***

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, nº 1400, Bairro Alto do Cardoso:

**PREGÃO ELETRÔNICO 087/2022 (PMP 3381/2022)**

Para "aquisição de geladeira, beddeduro industrial, conjunto de mesa plástica e fogão industrial", com recebimento das propostas até dia 14/06/2022, às 14h e início dos lances às 14h30.

Todos os editais estarão disponíveis no site [www.pindamonhangaba.sp.gov.br](http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br) (e também <https://bnc.org.br> para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA**  
 EXTRATO DO EDITAL 01  
**EDITAL COMPLETO PARA ABERTURA, INSCRIÇÃO E INSTRUÇÕES ESPECIAIS  
 DA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE IPEÚNA. O  
 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)  
 DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA /SP, usando de suas atribuições legais, faz saber que será realizado,  
 através da empresa Planexcon - Gestão Pública e Empresarial Ltd, PROCESSO ELEITORAL  
 SUPLEMENTAR para a escolha de Conselheiros Tutelares do Município de Ipeúna, conforme  
 especificações constantes no Edital 01 – Edital Completo. As inscrições poderão ser efetuadas no  
 período compreendido entre os dias **01 e 10 de junho 2022**, única e exclusivamente por meio da  
 internet, no site de empresas gerenciadoras de processos eleitorais [www.planexcon.com.br](http://www.planexcon.com.br), sendo que  
 após este período o sistema automatizado não permitirá a realização de inscrições e por  
 motivo de transparência, para chegar ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância,  
 este edital será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, no Jornal "O Regional" e ainda  
 nos sites: <https://www.ipeuna.sp.gov.br/> e <http://www.planexcon.com.br> de forma completa.  
 Ipeúna, 01 de junho de 2022.  
**COMISSÃO ELEITORAL CMDCA – IPEÚNA/SP****

# COLÉGIO BANDEIRANTES LTDA.

CNPJ nº 06.882.313/0001-42 - NIRE 35.217.460.461

## Ata da Reunião de Sócios Realizada em 21 de Abril de 2022

Os 63.629,26 reais do valor nominal de R\$ 1,00 cada, passando o capital social de R\$ 63.629,26 para R\$ 127.358,52, representados por 42.816,177 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada e por R\$ 49.455,449 representados por 49.455,449 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada; V. Rosta consignado que a totalidade das 6.539,262 novas quotas são subscritas, neste ato, pela sócia BCMOD Participações S.A., com a expressa renúncia dos sócios Beatriz Salles Aguiar, Mauro de Salles Aguiar, Viera Helena de Salles Aguiar, Blam Participações LTDA., Maria Aparecida Hirs, Diego Hirs, Gabriel Gibran Hirs, Carolina Hirs Rinaldi, Marco Antonio Tuma Hirs ao exercício de seus direitos de preferência na subscrição das referidas novas quotas. As quotas ora subscritas pela sócia BCMOD Participações S.A. são integralizadas da seguinte forma: (i) R\$ 6.539,262, mediante capitalização dos valores mantidos na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC; e (ii) R\$ 0,34 em moeda corrente nacional; VI. Rosta igualizada, assim que, nos termos do artigo 1.081, §1º, do Código Civil, no tocante ao exercício da sociedade, os sócios não exercem o direito de preferência na subscrição das quotas ora criadas, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Sociedade, de acordo com as seguintes condições: (f) o prazo para o exercício do direito de preferência será contado a partir da publicação da ata desta Reunião de Sócios; (g) o pagamento das quotas deverá ser efetuado à vista, em dinheiro e/ou cheque administrativo nominal a BCMOD Participações S.A.; e (h) a BCMOD Participações S.A. transferirá as correspondentes quotas aos sócios que exercem o direito de preferência, comprometendo-se, juntamente com os sócios Beatriz Salles Aguiar, Mauro de Salles Aguiar, Viera Helena de Salles Aguiar, Blam Participações LTDA., Maria Aparecida Hirs, Diego Hirs, Gabriel Gibran Hirs, Carolina Hirs Rinaldi, Marco Antonio Tuma Hirs a providenciar, no prazo de 30 dias contados do recebimento do pagamento das quotas, a transferência das quotas para a Junta Comercial do Estado de São Paulo do competente instrumento particular de alteração do Contrato Social da Sociedade, de maneira a formalizar a transferência de quotas; VII. Em consequência das deliberações tomadas nos itens acima, os sócios aprovam a alteração do *caput* do artigo 4º do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º O capital social da Sociedade é de R\$ 49.455,449, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e em bens, dividido em 49.455,449 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, assim distribuídas entre os sócios: Sócios:** BCMOD Participações S.A., Quantidade de Quotas: 49.418,013, Valor (R\$): 49.418,013; Beatriz Salles Aguiar, Quantidade de Quotas: 8.990, Valor (R\$): 8.990,00; Mauro de Salles Aguiar, Quantidade de Quotas: 8.991, Valor (R\$): 8.991,00; Viera Helena de Salles Aguiar, Quantidade de Quotas: 8.991, Valor (R\$): 8.991,00; Blam Participações LTDA., Quantidade de Quotas: 689, Valor (R\$): 689,00; Diego Hirs, Quantidade de Quotas: 172, Valor (R\$): 172,00; Gabriel Gibran Hirs, Quantidade de Quotas: 172, Valor (R\$): 172,00; Carolina Hirs Rinaldi, Quantidade de Quotas: 172, Valor (R\$): 172,00; Marco Antonio Tuma Hirs, Quantidade de Quotas: 172, Valor (R\$): 172,00; Espólio de José A. de M. Salles, Quantidade de Quotas: 95, Valor (R\$): 95,00; Blam Participações LTDA., Quantidade de Quotas: 1, Valor (R\$): 1,00. Total da Quantidade de Quotas: 49.455,449. Total do Valor (R\$): 49.455,449.00. VIII. Os sócios aprovam a celebração da 1ª alteração do Contrato Social da Sociedade em decorrência do aumento do capital social e do ingresso dos novos sócios admitidos na Sociedade; IX. Tendo em vista que (i) o artigo 20 do Contrato Social da Sociedade estabelece mandato de 3 anos para os membros da Diretoria; (ii) o mandato dos Diretores da Companhia deve vigorar até a terceira reunião anual de sócios, a ser realizada em 2023, e (iii) que os atuais Diretores da Sociedade foram eleitos na Reunião de Sócios realizada em 15.04.2020 e que, portanto, devem permanecer em seus cargos por 3 anos, ou seja, até 2023, retificam a redação do item IV da ata da Reunião de Sócios da Sociedade, realizada em 15.04.2020 e registrada na JUCESP nº 348.374/20, em sessão de 09.09.2020 (“Ata da RS 2020”) para que, **onde se lê** “todos com mandato até a reunião anual de sócios de 2022, sendo mantidos os critérios de remuneração e de reajustes para os membros da referida Diretoria”, **leia-se** “todos com mandato até a reunião anual de sócios de 2023, sendo mantidos os critérios de remuneração e de reajustes para os membros da referida Diretoria”, ratificando-se todas as demais disposições constantes da referida Ata de RS 2020. X. Os sócios autorizam a administração da Sociedade a tomar todas as providências necessárias à implementação das deliberações desta reunião de sócios, bem como a assinar todos os atos e deliberar sobre a lavratura desta ata que, após lida e aprovada, foi assinada isoladamente pelos membros da mesa em nome de todos os sócios presentes conforme lista anexa, nos termos da Instrução Normativa DIREI nº 81, de 10.06.2020. O Presidente da Mesa declara que a Reunião de Sócios atendeu todos os requisitos previstos na Instrução Normativa DIREI nº 81, de 10.06.2020 para sua realização. Esta ata conforme a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 19.04.2022. **Assinaturas:** Mauro de Salles Aguiar - Presidente da Mesa e Mauro Takahashi Mori - Secretário da Mesa. JUCESP nº 307.302/21-1 em 24.05.2022. Gisela Simionis Ceschin - Secretária Geral.

Magenta Participações S.A.		Demonstrações Participações S.A.									
		(NP) nº 07.620.083/0001-40									
		Demonstrações Participações - exercícios finais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$; exceto o lucro líquido do exercício por ação)									
Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.S.s. as demonstrações financeiras relativas ao exercício final em 31 de dezembro de 2021, sendo que as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis na sede da Companhia.											
Balancetes patrimoniais		Controladora		Consolidada		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
Ativo		2021	2020	2021	2020	Saldos em 31 de dezembro de 2019					
Caixa e equivalentes de caixa		8.442	19.390	8.710	20.626	Distribuição de dividendos					
Aplicações a receber		1.659	1.522	1.659	1.522	Redução capital					
Adiantamento Fornecedores		-	126.872	-	489	Lucro líquido do exercício					
Impostos a compensar		-	489	-	489	Reserva legal					
Outros créditos		28	202	27	125	Reserva de dividendos não distribuídos					
Ativo Circulante		10.129	148.475	11.418	227.938	Reserva de dividendos distribuídos					
Operações em descontinuidade		238.935	-	237.884	-	Saldo em 31 de dezembro de 2020					
Depósitos jurídicos		10.129	387.410	11.418	400.627	Distribuição de dividendos					
Impostos e contribuições a compensar		2.163	2.082	2.168	2.087	Lucro líquido do exercício					
Investimentos		3.296	2.034	3.334	2.071	Reserva legal					
Propriedades para investimentos		1.332	1.251	1	1	Lucro líquido do exercício					
Imobilizado		83.241	81.215	83.341	81.215	Reserva de dividendos não distribuídos					
Ativo não circulante		136	1.977	148	1.995	Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Total do ativo		100.568	489.259	89.292	87.369	Operações em descontinuidade					
Passivo		100.568	475.369	100.710	488.046	Capital social					
Fornecedores		75	797	82	798	Reserva de lucro					
Adiantamento de clientes		1.306	1.282	1.306	1.281	Reserva de dividendos não distribuídos					
Obrigações tributárias		189	160	189	160	Reserva legal					
RPI e CSLL a pagar		255	883	255	883	Lucro líquido do exercício					
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		65	387	65	387	Reserva de dividendos distribuídos					
Dividendos Estatutários		501	58.828	501	58.828	Saldo em 31 de dezembro de 2020					
Partes relacionadas		60	6074	-	6074	Operações em descontinuidade					
Operações em descontinuidade		2.391	122.872	2.398	127.077	Capital social					
Provisão p/ demandas judiciais		2.391	122.872	2.398	134.899	Reserva de lucro					



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**  
Departamento de Licitações

**RESUMO DE EDITAL  
PROCESSO Nº 125/2022**

**PREGÃO, na forma ELETRÔNICA Nº 014/2022  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito de Pereira Barreto – SP, faz saber que se acha aberto até às **09h00min do dia 15 de junho de 2022**, o Pregão Eletrônico nº 014/2022, do tipo menor preço por item, que tem por objeto REGISTRAR OS PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios **PERECÍVEIS e NÃO PERECÍVEIS**, para o Programa de Alimentação Escolar do município de Pereira Barreto, para o período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos constantes do **Anexo 01 - Termo de Referência**. Para mais informações no Dep. de Licitações pelo fone (18) 3704-8505 / 8569- pelos e-mails: [bruna\\_neri@pereirabarreto.sp.gov.br](mailto:bruna_neri@pereirabarreto.sp.gov.br) e/ou [licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br](mailto:licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br) ou ainda o Edital completo no website: [www.pereirabarreto.sp.gov.br](http://www.pereirabarreto.sp.gov.br).

Pereira Barreto - SP, 31 de maio de 2022.

**João de Altayr Domingues**  
Prefeito

**DIÁRIO DE  
NOTÍCIAS**  
Leia e assine:  
**5584-0035**



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa  
Diário de Notícias em seu site de notícias.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link  
<https://publegal.diariodenoticias.com.br/>